



20 DE MARÇO DE 2015

Sexta-feira

- PESSIMISTAS, EMPRESAS DO SUL PREVEEM LUCRO MENOR EM 2015
- BMW PASSA A PRODUZIR MAIS UM MODELO NO BRASIL
- INDÚSTRIA DA CADEIA AUTOMOTIVA AMPLIA FÁBRICA EM PORTO ALEGRE
- COBRE OPERA EM FORTE BAIXA, INFLUENCIADO POR QUEDA DO PETRÓLEO
- SEM ENCOMENDAS, FUNDIÇÃO DEMITE
- PRÉVIA DA INFLAÇÃO EM 12 MESES TEM MAIOR ALTA DESDE 2005
- ACORDOS SALARIAIS TÊM AUMENTO REAL MAIOR EM 2014
- HYUNDAI ROTEM LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DE SUA 1ª FÁBRICA NO BRASIL
- CONSÓRCIOS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS CRESCERAM MAIS DE 10%
- A ECONOMIA E OS PORTOS EM 2015
- MARINHA DO BRASIL SOFRE COM FROTA ENVELHECIDA
- MERCEDES-BENZ ABRE PDV EM SÃO BERNARDO
- VOITH ATINGE 10 MIL TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL
- CONSUMIDOR PODE PAGAR POR CONCESSÕES ELÉTRICAS
- EMPRESAS TÊM ATÉ ESTA SEXTA PARA ENVIAR RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
- BRASIL E EUA ASSINAM ACORDO PARA DESBUROCRATIZAR COMÉRCIO
- CONSTRUTORAS AFIRMAM QUE AJUSTE FISCAL ELEVOU DEMISSÕES DO SETOR
- CREDOR EXECUTA GARANTIAS DA SETE BRASIL
- EMPREGO INDUSTRIAL RECUA 0,1% EM JANEIRO E 4,1% EM UM ANO
- PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS EM FINANCIAMENTOS DO BNDES CAI 7% EM 2014

- APÓS SUBIR 2,5% NA QUINTA-FEIRA, DÓLAR OPERA EM ALTA NESTA SEXTA-FEIRA
- SCPC FECHA PARCERIA COM STONE AGE ATÉ 2020
- SIDERURGIA VÊ QUEDA NAS IMPORTAÇÕES
- CONTROLADORES DA USIMINAS AGUARDAM DECISÕES NO CADE E NA JUSTIÇA
- NUCOR CORTA PROJEÇÃO DE LUCRO COM IMPORTAÇÕES PREJUDICANDO PREÇOS DE AÇO
- GOVERNO BRITÂNICO DEBATE FUTURO DA MINERAÇÃO EM BH
- VENDAS DE CAMINHÕES DA VOLVO DESABAM NO BRASIL EM FEVEREIRO
- INDÚSTRIA ESTÁ MENOS OTIMISTA PARA INVESTIR NOS PRÓXIMOS 6 MESES, APUROU A CNI
- DESEMBOLSOS DO BNDES CAEM 1% EM 2014, A R\$187,8 BI
- TRECHO DA TRANSNORDESTINA NO PIAUÍ SERÁ CONCLUÍDO EM 2016
- ESTRANGEIROS INGRESSAM COM R\$ 527,364 MILHÕES NA BOVESPA EM 18/03
- CINCO NOVOS EIXOS DE TRANSPORTE COLETIVO ESTÃO PREVISTOS NO PLANO DIRETOR 2015
- CATARINENSE PRESIDE NOVA COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

CÂMBIO		
EM 20/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,219	3,219
Euro	3,474	3,475

Fonte: BACEN

Pessimistas, empresas do Sul preveem lucro menor em 2015

20/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Com o cenário econômico sem boas perspectivas para os próximos meses, os empresários da Região Sul preveem um ano de crescimento tímido e planejam estratégias para contornar as dificuldades.

Segundo sondagem feita pela consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC), 44,3% das empresas da região esperam que 2015 seja pior do que o último ano em termos econômicos.

Realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2014, logo após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, mas sem saber ainda o nome indicado para o Ministério da Fazenda e as medidas de austeridade, a pesquisa apontou preocupação das empresas tanto com fatores internos, como a lucratividade, quanto com os externos, como dólar, inflação e o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB).

Dados defasados

Mas, diante do cenário de deterioração da economia, a defasagem dos dados é evidente: 93% dos entrevistados preveem crescimento do PIB inferior a 2%; 84% esperam que o ano termine com o dólar acima de R\$ 2,50; e 98% antecipam uma taxa anual de inflação superior a 5%. Já segundo o último boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, o mercado espera uma retração de 0,78% do PIB, o câmbio a R\$ 3,06 e uma inflação de 7,93%.

Ainda assim, 60% das empresas esperam conseguir aumentar sua participação no mercado, enquanto 34% espera um desempenho semelhante ao último ano.

“É um ano difícil e as expectativas são realistas, mas os dados apontam que as empresas não vão parar e sim rever suas estratégias e buscar fortalecimento para quando a crise passar”, diz Gabardo.

60,3%

Das empresas ouvidas pela pesquisa da PwC acreditam que a indústria do Sul deve recuperar sua competitividade entre 2015 e 2016. Perguntados sobre medidas dos governos estaduais que podem ser tomadas para fortalecer a indústria, 61,4% dos entrevistados apontaram as políticas horizontais, com créditos e benefícios tributários oferecidos sem distinção de setor.

Plano de ação

A ampliação de novos mercados e produtos aparece como principal direcionamento estratégico, apontada por 52% dos entrevistados. Em seguida, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, com 34%, e a segmentação, com 28%, também são apontados entre os recursos prioritários para contornar as dificuldades.

Apostando nessas estratégias, 32% das empresas pretendem aumentar seu quadro de funcionários, enquanto 43% devem mantê-lo e 25% reduzirão o número de contratados.

“Apesar das demissões, que acabam sendo naturais em momentos como este, temos um bom número de manutenção e aumento do quadro, o que mostra que as empresas devem se preparar e ter energia para sair na frente assim que o cenário melhorar”, explica Gabardo.

Empresários esperam apoio do governo com redução da carga tributária

Enquanto no ano passado o controle da inflação ficou em primeiro lugar entre os itens que o governo federal deveria priorizar, na opinião das empresas, em 2015 o tema dividiu o pódio com a redução da carga tributária, apontada por 70% dos entrevistados como item de maior impacto nos negócios. Segundo a PwC, além da redução, as empresas sulistas defendem a simplificação dos trâmites de apuração e pagamento de tributos.

“Em momentos mais críticos o empresário espera um alívio no imposto. Mas como nem sempre se consegue, pede-se ao menos a diminuição da burocracia tributária. O Brasil é um dos países onde se gastam mais horas por ano para cumprir essas obrigações”, diz o sócio da PwC.

Já no âmbito social, o investimento em educação é a prioridade apontada por 70% das organizações para o governo federal, acompanhada do investimento em segurança por parte dos governos estaduais, a principal preocupação de 43,2% dos entrevistados.

CENÁRIO RUIM

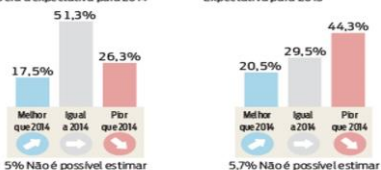
Empresários se preparam para um ano com inflação e dólar altos e baixo crescimento do PIB. Confira as previsões para 2015:

COMO SERÁ 2015

Considerando o cenário político econômico nacional

Como era a expectativa para 2014

Expectativa para 2015



Estimativa de participação no mercado

Expectativa para 2015 (%)



Estimativa de lucratividade

Expectativa para 2015 (%)

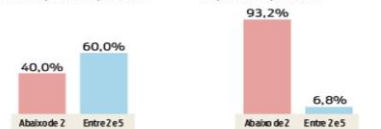


CENÁRIO ECONÔMICO

Expectativa de crescimento do PIB

Como era a expectativa para 2014

Expectativa para 2015



Expectativa da taxa de câmbio do dólar em dez/2015

Entre R\$2,01 e R\$2,20	2,3
Entre R\$2,21 e R\$2,50	10,2
Entre R\$2,51 e R\$2,70	60,2
Acima de R\$2,70	23,9

Expectativa de taxa anual de inflação

	2014	2015
Acima de 5	89,9	97,8
Entre 3 e 5	8,8	1,1
Abaixo de 3	1,3	1,1

AÇÕES PLANEJADAS PARA 2015 Em%

Estratégias de 2015	2014	2015
Ampliação de novos mercados e produtos	43,3	52,3
Investimento em pesquisa e desenvolvimento	37,5	34,1
Segmentação com foco em mercados/produtos específicos	27,5	28,4
Formação de alianças estratégicas	30	28,4
Revisão do portfólio de produtos/serviços	25	23,9

Quadro de funcionários

Redução de quadro	25,0
Manutenção do quadro atual	43,2
Aumento de quadro	31,8

Investimentos de até R\$25 milhões

Na região Sul	55,7
Em outros estados	35,2
No exterior	12,5

APOIO DO GOVERNO Em%

Quais devem ser as prioridades do governo federal:

Na área econômica

Controle da inflação	22,7
Redução e simplificação da carga tributária	22,7
Investimento em infraestrutura	19,3

Na área social

Investimento em educação	69,3
Combate à insegurança e criminalidade	20,5

Fonte: PwC. Metodologia: a pesquisa foi aplicada entre novembro e dezembro de 2014, quando foram entrevistadas 88 empresas de 17 segmentos, sendo a maioria da indústria (27,3%), construção civil (17%) e agronegócio (15,9%). 69,4% das empresas participantes são de grande porte. Infografia: Gazeta do Povo.

BMW passa a produzir mais um modelo no Brasil

20/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A BMW deu início a produção do Série 1, em sua fábrica de Araquari (SC) na semana passada. Trata-se do terceiro a entrar em produção na fábrica brasileira.

A montadora informa que está dando sequência ao cronograma proposto para a produção e que o novo veículo, em duas versões, vem complementar a gama de produtos produzidos localmente, que já conta com os modelos Série 3 e X1.

“A produção nacional do BMW Série 1 marca mais uma etapa no cronograma proposto para a nossa nova fábrica, trazendo um dos modelos mais vendidos do nosso line-up, além de disponibilizar mais opções de motorização flex para o nosso mercado. Seguimos o nosso planejamento de produção com muita determinação, comenta Arturo Piñeiro, presidente e CEO do BMW Group Brasil.

O Série 1 está sendo produzido em duas versões: a 120i ActiveFlex, com motorização de quatro cilindros, 2.0L Twinpower turbo, 184 hp de potência e 270 Nm de torque, independentemente do combustível utilizado, e câmbio de oito velocidades. Já o 125i ActiveFlex desenvolve 218hp de potência, que combinada com o baixo peso da carroceria hatch propicia uma aceleração digna de um esportivo.

Com área total de 1,5 milhão m² dos quais 500 mil m², a fábrica catarinense é a 30ª unidade fabril do grupo no mundo, em 14 países. Com investimento de mais de R\$ 600 milhões, a unidade em Araquari tem capacidade para produzir até 32 mil carros por ano.

Indústria da cadeia automotiva amplia fábrica em Porto Alegre

20/03/2015 - Fonte: Zero Hora



A venda de carros despencou no país, mas a Nexteer Automotive promete não dar guinada no projeto de expansão. Com um investimento de R\$ 57 milhões, a empresa de origem americana e capital chinês vai passar a produzir colunas de direção elétrica para automóveis de passeio na fábrica de Porto Alegre.

Os motivos? A visão de como será o mercado nos próximos anos e a necessidade de mudança de tecnologia dos veículos por questões regulatórias.

– Temos de investir pensando no que vai acontecer lá por 2016, 2017. As turbulências nos preocupam, mas esperamos que o mercado se recomponha. No nosso caso, também está ocorrendo uma mudança de sistemas hidráulicos para elétricos devido ao Inovar Auto – diz Jeferson Félix de Oliveira, diretor de vendas da empresa, referindo-se ao programa de incentivo à inovação na indústria automobilística criado pelo governo federal

que, entre outras metas, tenta fazer os automóveis brasileiros serem mais eficientes no consumo de combustível.

Com a economia trôpega, a fabricante de sistemas de direção e eixos homocinéticos considera 2015 um ano perdido. Mesmo assim, enquanto o mercado retraído leva a demissões nas montadoras e fabricantes de autopeças, na Nexteer é temporada de contratações.

– Com o pé no fundo no projeto, estamos contratando principalmente funcionários qualificados. Somos uma das poucas empresas do Rio Grande do Sul admitindo engenheiros automotivos – exemplifica Oliveira.

A empresa conta hoje com 150 colaboradores. Com a expansão, vai chegar a 250. Entre os recrutados estão a engenheira de produção Ana Roberta Braz, 28 anos, e Guilherme Antonio Fava, 32 anos, prestes a se formar em engenharia mecatrônica.

Enquanto Ana atua na área de compras, garimpendo fornecedores de componentes para a futura linha, Fava tem a tarefa de conciliar as especificações do novo produto enviadas pela matriz e as necessidades dos clientes. Ambos vieram de outra indústria de autopeças, em situação inversa à Nexteer.

– Costumamos dizer que a empresa está na contramão do mercado – lembra Fava, lembrando que outras indústrias do setor voltaram a recorrer a demissões e redução de jornada de trabalho.

– Muitos conhecidos ligam perguntando se há vagas – completa Ana.

Cobre opera em forte baixa, influenciado por queda do petróleo

20/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Os futuros de cobre operam em forte baixa em Londres e Nova Iorque, pressionados pela tendência de queda das cotações do petróleo e à espera da reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que começa nesta terça-feira (17) e termina amanhã.

Nos negócios da manhã na Europa, o cobre para três meses recuava 1,7% na London Metal Exchange (LME), a US\$ 5.758,00 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova Iorque (Nymex), o cobre para maio tinha queda de 1,82%, a US\$ 2,6190 por libra-peso, às 8h25min (de Brasília).

O petróleo, que ontem fechou no menor nível em seis anos na Nymex e continua ampliando perdas, normalmente é responsável por boa parte de índices de commodities, tendendo a pressionar os metais, como o cobre.

Os investidores também aguardam o resultado da reunião do Fed, que amanhã poderá dar sinais de quando pretende elevar os juros básicos dos EUA, em mínimas históricas desde 2008. Uma eventual elevação de juros tenderia a impulsionar o dólar, o que, por sua vez, geraria pressão de baixa nos metais, que são cotados na moeda norte-americana.

Entre outros metais na LME, o alumínio para três meses caía 0,3%, a US\$ 1.769,00 por tonelada, enquanto o zinco perdia 0,5%, a US\$ 2.005,00 por tonelada, o chumbo registrava baixa de 1,6%, a US\$ 1.725,00 por tonelada, e o níquel recuava 1,5%, a US\$

13.750,00 por tonelada. Contrariando a tendência, o estanho, metal menos negociado no mercado inglês, tinha leve alta de 0,1%, a US\$ 17.555,00 por tonelada.

Sem encomendas, fundição demite

20/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Depois de demitir pelo menos 4,7 mil trabalhadores em 2014, neste ano, a indústria de fundição de Minas Gerais dispensou cerca de 430 pessoas, só na região Centro-Oeste do Estado, um dos principais polos estaduais do setor.

Além disso, o parque produtivo do segmento opera no mesmo ritmo de 2009, quando atingiu o pior resultado dos últimos 20 anos, sob influência dos efeitos da crise econômica mundial, que começou em setembro de 2008.

"A situação continua complicada e pode se agravar. Não temos pedidos em carteira e estamos na iminência de diminuirmos ainda mais o contingente de trabalhadores", lamenta o presidente do Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais (Sifumg), Afonso Gonzaga. Ele revelou que várias indústrias do setor da região Centro-Oeste fecharam as portas este ano.

Gonzaga lembra que o impacto das demissões inclui o custo para recontratar e capacitar trabalhadores em caso de uma recuperação da atividade e da própria economia. Demitir um funcionário, na avaliação dele, significa perder mão de obra capacitada e ainda ter que investir na qualificação de trabalhadores, caso o setor volte a contratar, o que encarece todo o processo.

De acordo com o presidente do Sifumg, o setor encerrou 2014 com um nível de produção praticamente 40% abaixo do de 2013 e equivalente ao de 2009, da ordem de 690 mil toneladas de material fundido ao ano. Além disso, isso significa que o parque de fundição opera com apenas metade da capacidade instalada.

Um dos motivos que levou o setor a chegar a este ponto e que ajuda a impor perspectivas pessimistas para as fundições do Estado para este exercício é o momento difícil que passa a indústria automotiva do país, que responde por aproximadamente 60% do consumo de fundidos no Brasil e em Minas, segundo Gonzaga.

Estoques - Ao longo de 2014, frente às sucessivas quedas de vendas e com nível de estoques elevados nos pátios, as montadoras instaladas no Estado anunciaram férias coletivas, *lay off* (suspensão de contratos de trabalho) e demissões voluntárias, o que impactou diretamente na redução da produção do exercício.

A Fiat Automóveis S/A, em Betim (RMBH), e a Iveco Latin America, em Sete lagoas (região Central), fabricante de caminhões e veículos comerciais da marca italiana, por exemplo, deram férias coletivas e promoveram paradas técnicas para adequação dos altos estoques durante o ano passado. A situação neste ano é semelhante.

Só para ser ter uma ideia, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção da indústria automotiva estadual despencou 19% em 2014 frente à de 2013. Além do setor automotivo, também é registrada redução nos pedidos por parte do agronegócio, outro importante cliente das fundições no Estado.

Ainda de acordo com informações já divulgadas pelo IBGE, na metalurgia básica, que engloba as atividades de siderurgia, ferro-gusa e fundição, a retração do emprego foi de

3,7% em 2014 em relação a 2013. A folha de pagamento real do segmento também caiu, neste caso 1,3%, em idêntico confronto.

Além disso, o setor de fundição, lamenta Gonzaga, convive com o aumento na casa dos 40% nas contas de energia elétrica, o que prejudica ainda mais a competitividade das empresas também no mercado externo, mesmo com o dólar valorizado, o que poderia favorecer as exportações.

Prévia da inflação em 12 meses tem maior alta desde 2005

20/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A inflação medida pelo IPCA-15, índice considerado uma espécie de prévia do IPCA ficou em 1,24% em março, informou o IBGE nesta sexta-feira (20). Houve desaceleração na taxa em relação a fevereiro (1,33%).

No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 acelerou para 7,90% — o maior desde maio de 2005, quando ficou em 8,19%. O resultado é maior que o teto da meta do Banco Central (6,5%) para o IPCA fechado.

Com isso, é possível que o indicador consolidado de março, a ser divulgado no início de abril pelo IBGE, se distancie ainda mais do objetivo do governo. No acumulado nos três primeiros meses do ano, o IPCA-15 já registra alta de 3,50%, acima dos 2,11% de igual período do ano passado.

O IPCA-15 é considerado uma prévia da inflação. Tem a mesma metodologia do IPCA, mas é calculado pelo IBGE em períodos diferentes, a partir do meio do mês.

Acordos salariais têm aumento real maior em 2014

20/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O ganho real dos trabalhadores nas negociações salariais aumentou no ano passado. O balanço divulgado nesta quinta-feira (19) pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou que o aumento médio foi de 1,39% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que serve de referência para os reajustes salariais. Em 2013, o ganho real foi de 1,22%.

Varejo

O comércio foi o setor com melhor desempenho nas negociações de reajuste salarial do ano passado. Segundo o Dieese, 98,2% dos acordos feitos nesse setor incorporaram ganhos reais. Já no setor industrial, 90,9% dos reajustes foram acima da inflação no ano passado.

O Dieese compilou os resultados de 716 unidades de negociações coletivas em todo o país. De acordo com o instituto, 91,5% dos acordos tiveram aumentos acima do INPC e apenas 2,4% abaixo do índice. Em 2013, essa relação foi menos favorável para os trabalhadores, de 86,2% e 6,3%, respectivamente.

Segundo o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre, houve melhora nas negociações por várias razões. O mercado de trabalho continuou pressionado, o que deu poder de barganha ao trabalhador.

Em 2014, a taxa de desocupação média medida pelo IBGE foi de 4,8%, a mais baixa da série histórica. "Houve um retardamento da entrada de jovens no mercado, então a pressão sobre a População Economicamente Ativa foi menor. Isso contribuiu para que a taxa de desemprego ficasse em patamares baixo", afirma.

A política de desoneração na folha de pagamento – revertida pela nova equipe econômica – também pode ter colaborado para a melhora do resultado, segundo Silvestre.

Reversão

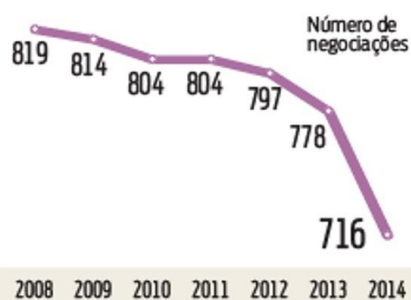
O Dieese apontou um pequeno sinal de piora no segundo semestre de 2014. As negociações que obtiveram o melhor ganho real foram feitas nos primeiros seis meses, quando não havia uma visão mais clara da situação da economia.

Historicamente, os acordos do segundo semestre envolvem grandes categorias (bancários, metalúrgicos e petroleiros) e trazem mais ganhos para os trabalhadores.

As negociações realizadas nos primeiros seis meses de 2014 resultaram num ganho de 1,50% superior ao INPC. No segundo semestre, o resultado real foi de 1,16%. Agora, o cenário de negociação para 2015 tende a ser mais difícil.

GANHANDO MAIS

Nove em cada dez negociações salariais em 2014 na indústria, comércio e serviços resultaram em reajustes acima da inflação medida pelo INPC:



Aumento real médio (%) 0,85 0,90 1,66 1,33 1,90 1,22 1,39

Resultado da negociação salarial

Porcentual em relação ao INPC

	Acima	Igual	Abaixo
2008	77	12	12
2009	80	12	9
2010	88	8	5
2011	87	7	6
2012	94	5	1
2013	86	8	6
2014	92	6	2

Reajustes acima da inflação por região

Em %

Norte	89,6
Centro-Oeste	89,8
Sudeste	90,9
Nordeste	91,8
Sul	93,6

Fonte: Dieese.
Infografia: Gazeta do Povo.

Hyundai Rotem lança Pedra Fundamental de sua 1ª Fábrica no Brasil

20/03/2015 - Fonte: Revista Ferroviária

Após anunciar, em novembro de 2014, a construção de uma fábrica na cidade de Araraquara, interior do estado de São Paulo, a Hyundai Rotem lança a pedra fundamental de sua planta no dia 02 de abril.

Com investimento inicial de US\$40 milhões e criação de mais de 300 postos de trabalhos na região, a sul-coreana tem o objetivo de, com o apoio da Prefeitura de Araraquara, transformar a cidade em um polo tecnológico para a indústria ferroviária.

A fábrica, segunda maior planta da empresa no mundo, irá produzir diversos tipos de trens de passageiros com tecnologia de ponta. A produção da planta em Araraquara está prevista para ter início no primeiro semestre de 2016.

Para o início das atividades, serão produzidos 240 carros para a CPTM e 136 carros para o projeto do Metrô de Salvador linhas 1 e 2. A Hyundai Rotem planeja que a nova fábrica no Brasil tenha a capacidade de produção de cerca de 200 carros anualmente.

Presente no Brasil desde novembro de 2003, quando firmou seu primeiro contrato para o fornecimento de seis trens (24 carros) para o projeto da linha 1 do metrô de Salvador, a Hyundai Rotem tem ampliado sua presença no setor ferroviário brasileiro com o fornecimento de cerca de 650 carros ferroviários no Brasil, para quatro diferentes operadoras ferroviárias localizadas.

Primeiro projeto de parceria público privada do país e primeiro da América Latina com sistema de operação de trem autônoma, sem a utilização de operador, o projeto de São Paulo da linha 4 amarela é bastante representativo.

Foram fornecidos 14 trens (84 carros) em um sistema que, ao ser concluído, terá extensão de 12,8 km e 11 estações, que atendem mais de 700 mil passageiros por dia útil.

A empresa recebeu um pedido de fornecimento de mais 15 trens (90 carros) para fase II do projeto de São Paulo na linha 4. Além de assinar um contrato para fornecimento de 30 trens (240 carros) para a CPTM em junho de 2013.

Consórcios de máquinas agrícolas cresceram mais de 10%

20/03/2015 - Fonte: INDA

O mais novo levantamento feito pela assessoria econômica da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios observou (Abac) que, entre as administradoras que atuam no setor de máquinas e implementos agrícolas, dentro do segmento de veículos pesados, houve crescimento de 11,2% no número de participantes.

Enquanto em agosto de 2014 eram 62,9 mil consorciados, seis meses depois atingiam 69,5 mil. Essa recuperação mostrou que os consórcios voltaram a estar mais presentes no segmento do agronegócio. Há um ano, a soma era de 79,5 mil.

Com créditos variando, em sua maioria, de R\$ 68,6 mil a R\$ 276,8 mil, os consorciados, ao utilizarem o consórcio como forma econômica e planejada, têm procurado adquirir equipamentos com mais tecnologia e que proporcionem melhores resultados. Há casos de máquinas no valor de R\$ 10 mil e outras chegando a mais de um milhão de reais.

Anotou-se ainda que parcela significativa dos contemplados adquiriu implementos agrícolas/rodoviários (40,2%). Os tratores de roda e esteira, bem como as retro-escavadeiras ficaram com 25%, as colheitadeiras foram 19% e os cultivadores motorizados somaram 15,8%.

Com grupos variando de 60 a 150 meses e média de 104, semelhantes aos praticados há seis meses, a taxa média mensal de administração apontou diminuição e ficou em 0,129%, ligeiramente inferior ao 0,133% anterior, com crédito médio de R\$ 185,3 mil.

A recente divulgação feita pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) sobre a queda de 17,4% nas vendas internas em 2014 e perspectivas de estabilidade para este ano, sinalizam um mercado com oportunidades de crescimento para os consórcios.

Para Paulo Roberto Rossi, presidente-executivo da Abac, "sem haver ainda uma clareza nas decisões das autoridades governamentais para o setor agrícola, face o momento vivenciado pela economia nacional, entendemos que sempre há espaço para os consórcios crescerem.

Os produtores agrícolas seguirão planejando e plantando, apesar da crise hídrica em algumas regiões, porém atentos à minimização das dificuldades e dos custos. Aí a possibilidade de presença da modalidade".

Em janeiro último, havia 246 mil consorciados ativos no setor de veículos pesados, dos quais aproximadamente 28,3% têm como objetivo adquirir bens vinculados ao agronegócio.

As ações de planejamento a médio e longo prazos, práticas básicas da agricultura, têm levado o produtor rural ou empresas do setor a buscar a integração da tecnologia embarcada com mecanismos de autofinanciamento como o consórcio, visando obter custos finais menores capazes de agregar lucratividade e de obter resultados competitivos ao participar dos mercados externo ou interno.

A economia e os portos em 2015

20/03/2015 - Fonte: Conexão marítima

Notícias deste início de 2015 nos permitem analisar perspectivas para a economia e confirmar algumas variáveis que têm implicações diretas nos portos e no desenvolvimento do país. A principal delas está relacionada ao movimento de nosso comércio exterior e o seu impacto na nossa infraestrutura logística.

Parece claro que, não obstante uma piora momentânea dos resultados da balança, com déficit comercial em 2014 (de US\$ 3,9 bilhões, o primeiro desde 2000 e o maior desde 1998), o movimento de exportações e importações nos portos brasileiros continuará elevado, com forte sobrecarga sobre a infraestrutura hoje disponível, ainda insuficiente para uma demanda crescente, a despeito dos avanços recentes.

O próprio potencial de nossa economia, hoje a 7ª maior do mundo no critério de PIB (Produto Interno Bruto), faz com que a tendência se mantenha. É preciso lembrar que a queda nas exportações no ano passado foi transitória, influenciada, como se sabe, por fatores exógenos, entre eles, a crise Argentina, que é o maior comprador de manufaturados brasileiros, e a queda nos preços de commodities (item importante em nossa pauta). O déficit final também foi pressionado pelo aumento das importações de petróleo, por razões igualmente transitórias.

Os fatores conjunturais, contudo, não devem nos afastar do “Norte” estratégico. Após os ajustes necessários na política econômica (já em andamento), em especial na área fiscal, o país deverá retomar a trajetória de desenvolvimento sustentável, possivelmente a partir de 2016. Para que se concretize como um círculo virtuoso, esse processo deverá estar necessariamente condicionado a uma moderna e eficiente infraestrutura logística, em especial nos portos.

Mais de 95% de nossas trocas comerciais passam pelos portos – o que mostra como este setor é crítico para o desenvolvimento do país. Cabe também dizer que o fato de ter ocorrido uma piora no resultado da balança, não significa que tenha havido redução nas trocas comerciais, ao contrário.

Grande parte dos terminais privativos brasileiros registrou aumento na movimentação de carga no segmento de longo curso – sobretudo a de contêineres – em 2014.

No jovem Porto Itapoá, localizado no litoral Norte de Santa Catarina e em operação desde 2011, por exemplo, as cargas de importação e exportação no ano passado superaram a marca de 200 mil TEUs, um incremento de 41% em relação à movimentação realizada em 2013.

Existe uma regra do mercado de containers que diz que para cada ponto percentual positivo de PIB (Produto Interno Bruto), temos 3 pontos percentuais de aumento de volume de containers movimentado.

Esta Regra também se aplica quando o PIB é negativo. E é neste ponto que os administradores Logísticos de Containers têm que ter muita atenção para não perderem o momento correto de investimento.

A tendência da economia brasileira, no médio e no longo prazo, é de crescimento. O Plano Nacional de Exportações, lançado em fevereiro pelo Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, com ênfase na conquista de novos mercados e na desburocratização dos procedimentos relacionados às exportações, pode contribuir para acelerar os resultados. Uma série de medidas que está sendo tomada para garantir maior produtividade e competitividade à indústria nacional também contribui para este objetivo.

As boas notícias nos dão uma certeza. Os investimentos em novos terminais, bem como a ampliação e modernização dos já existentes - sejam instalações públicas arrendadas, dentro do Porto Organizado, ou empreendimentos eminentemente privativos, em áreas particulares - devem continuar a merecer a atenção do governo, dentro de um planejamento estratégico que tem o desenvolvimento econômico – e seus benéficos efeitos sociais – como meta.

O novo marco legal do setor portuário, a Lei 12.815 de junho de 2013, tem pavimentado o caminho na direção deste “Norte”. Uma série de autorizações para a instalação de novos terminais e de licença para a ampliação e modernização dos existentes vem sendo concedida desde o ano passado. O processo ainda é mais lento do que o ideal, atrelado a mais burocracia do que o desejado, mas o fato, inquestionável, é que está em curso.

Há uma clara preocupação das autoridades envolvidas, em particular a Secretaria Especial dos Portos (SEP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em imprimir celeridade a esses procedimentos, e por isso os resultados não devem tardar.

Paralelamente, mais de uma centena de contratos de terminais arrendados estão em fase final de análise visando à prorrogação, o que garantirá mais segurança jurídica para os investidores e, portanto, mais aporte de recursos no setor.

O resultado de todo este esforço conjugado, na esteira de um ambiente legal mais atraente, propiciado pelo novo marco legal, será, certamente, o surgimento de uma dinâmica e moderna infraestrutura portuária, decisiva para o crescimento do país.

O governo estima em quase R\$ 40 bilhões nos próximos dez anos o montante dos investimentos no setor portuário. Com o trabalho e o empenho de todos, esta previsão poderá se tornar realidade. Há razões para mantermos o otimismo.

Marcele Azevedo, Presidente do Porto Itapoá e vice-presidente da ATP, a Associação dos Terminais Privados.

Marinha do Brasil sofre com frota envelhecida

20/03/2015 - Fonte: Conexão Marítima

Como uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil tem responsabilidades internacionais e, por isso, a Marinha comanda, desde 2011, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil, em inglês) lá mantendo permanentemente uma de suas fragatas. Para isso, em 14 de novembro de 2011 a fragata União foi a primeira a ser incorporada a essa missão de paz das Nações Unidas.

O comando desta Força Naval de Paz vem sendo de um almirante brasileiro, que exerce suas atividades a bordo da fragata. Mas a realidade é dura. As fragatas nacionais, com 35 anos de serviço, já mereceriam aposentadoria, e a União, sem muito alarde, pifou.

Parte de seu sistema de propulsão parou e a fragata está inoperante. As peças sobressalentes vão ser levadas pelo navio patrulha oceânico Apa, que, até o fim do conserto, ficará no lugar da fragata.

O Apa é apenas a opção que sobrou. Embora novo, comprado da inglesa BAe Systems e incorporado em 2012 ao Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, se destina apenas ao policiamento naval, não sendo capaz de substituir uma fragata, esta dotada de mísseis, torpedos e radares de uso militar.

Isso traz à tona uma parte dos problemas da Marinha agravados pela sistemática falta de orçamento. A opinião pública sabe da construção de submarinos e pensa estar tudo bem, mas a realidade é outra, pois a soberania no mar está ameaçada. Cada vez mais, o combativo pessoal dessa Força Armada continua a ter que acreditar no velho ditado: "Deus é brasileiro e tem um filho na Marinha".

Mercedes-Benz abre PDV em São Bernardo

20/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A **Mercedes-Benz** abriu Programa de Demissão Voluntária (PDV) em sua planta de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde são feitos caminhões e chassis de ônibus. A medida foi anunciada no último dia 17 e funcionará até 31 de março.

A companhia não divulga a meta de adesão, mas destaca que a iniciativa é voltada tanto para os trabalhadores que atuam hoje na linha de produção, que representam grande parte dos 11 mil funcionários da unidade, tanto para os 750 colaboradores que estão afastados em regime de layoff, suspensão temporária do contrato de trabalho.

Até então, o PDV mais recente anunciado pela Mercedes-Benz começou em 26 de fevereiro e foi fechado justamente para a abertura do programa atual. A montadora

oferece valor fixo de R\$ 28,5 mil para os funcionários ativos na fábrica que aderirem. No caso do pessoal que está afastado, além deste valor a empresa pagará R\$ 6,5 mil.

Nas duas situações a fabricante de caminhões garante ainda que os colaboradores receberão todos os benefícios previstos na legislação e acordados com o sindicato dos metalúrgicos da região.

A Mercedes-Benz é mais uma montadora que trabalha para abrandar os efeitos da forte contração do mercado no início de 2015. A demanda por caminhões diminuiu 39,4% no primeiro bimestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2014. A conjuntura puxou o desempenho da empresa para baixo, com redução de 40,6% em seus negócios no período, para 3 mil unidades.

O cenário aprofundou uma dificuldade com a qual a fabricante lida desde julho do ano passado. Foi nesta época que a montadora anunciou o primeiro dos recentes layoffs, que vem sendo prorrogado desde então.

PPG abre sexta fábrica no complexo de Sumaré

20/03/2015 - Fonte: Automotive Business



A fabricante de tintas PPG inaugurou em Sumaré (SP) uma unidade dedicada à produção de e-coat, base anticorrosiva aplicada em automóveis e boa parte da indústria. Com 65 mil metros quadrados, a nova área é a sexta dentro de um complexo de 500 mil m². Consumiu R\$ 100 milhões e irá substituir importações do México e da Espanha.

“Além de toda a indústria automotiva, forneceremos para o setor industrial, que inclui máquinas agrícolas e de construção como Case, John Deere, Caterpillar... enfim, todos os fabricantes desse segmento são nossos clientes”, afirma o diretor-geral da PPG, Carlos Santa Cruz.

Segundo o executivo, a construção consumiu 14 meses e começa a produzir em três semanas. “Vai suprir basicamente os mercados local e argentino”, diz o presidente e diretor de operações da companhia, Michael McGarry. A capacidade produtiva não foi revelada.

Nos últimos três anos, a PPG investiu R\$ 200 milhões no Brasil, que é a segunda maior operação da empresa na América Latina. Fica atrás do México e à frente de Argentina e Colômbia. “A América Latina responde por 11% de todo o faturamento da companhia”, afirma McGarry.

Voith atinge 10 mil transmissões automáticas na América do Sul

20/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A **Voith** Turbo alcança a marca de 10 mil transmissões automáticas em operação na América Latina, em ônibus que atendem diversos sistemas de transporte público na região. A estratégia de trazer a tecnologia para a região tem mais de 20 anos.

“Temos um grupo de profissionais altamente qualificados que há muito tempo interage localmente na busca de soluções para aumentar a eficiência operacional e segurança dos ônibus urbanos, em nossa região e esta marca é um incentivo adicional para todos e agradeço aos nossos clientes e parceiros de desenvolvimento”, comemora Rogério Pires, diretor de desenvolvimento de negócios da divisão de veículos comerciais da Voith Turbo.

A empresa fornece atualmente para as montadoras fabricantes de chassis o câmbio automático Diwa.5, com sistema de transmissão, controle digital e sensor topográfico integrado.

No Brasil, até junho do ano passado, a empresa havia contabilizado 4 mil transmissões automáticas utilizadas no País . Elas são montadas na Alemanha e finalizadas na fábrica localizada em São Paulo, na região do Jaraguá, considerada o maior site industrial da empresa fora da Alemanha. Na unidade também são fabricados retarders para ônibus e caminhões e está iniciando o processo de fabricação de compressores para veículos comerciais.

Consumidor pode pagar por concessões elétricas

20/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Embora as distribuidoras de eletricidade tenham precisado de empréstimos que, somados, chegam a quase R\$ 21 bilhões para fechar as contas de 2014, o governo pretende cobrar pela renovação das concessões dessas companhias. Um custo que, inevitavelmente, será repassado ao consumidor.

Os primeiros 35 contratos começam a vencer em julho deste ano e o ministro de Minas e Energia (MME), Eduardo Braga, disse nesta quinta-feira (19) que a modelagem em estudo prevê a cobrança de outorgas pelas novas licenças.

Segundo ele, o MME já concluiu a formatação de uma proposta para o processo de renovação e agora irá chamar o setor para discutir os critérios. “Não há definição ainda sobre como essa outorga será cobrada nem sobre quanto serão esses valores. Depois de três anos, agora queremos um diálogo franco com o setor”, disse o ministro.

Questionado se a cobrança da outorga poderia pressionar ainda mais a situação financeira das empresas do setor e se isso resultaria em novos aumentos nas contas de luz, Braga disse que esses pagamentos seriam realizados ao longo da concessão e não imediatamente.

“Se esse pagamento da outorga é ao longo de um determinado período, esse repasse [ao consumidor] também seria diluído ao longo desse período. Mas vamos para o diálogo. Ainda não é uma questão fechada”, afirmou.

Segundo Braga, o que o MME não abre mão é de impor novas metas de qualidade às empresas, além de exigir delas um plano quinquenal de investimentos. O objetivo é a modernização e o aumento da eficiência das linhas de distribuição, sobretudo na baixa

tensão. Essas novas metas seriam acompanhadas anualmente e as empresas continuariam sujeitas a penalidades que podem chegar até à perda da concessão.

Eletrobras

O ministro disse também que o estudo para a renovação das concessões pode abrir caminho para privatização das distribuidoras de energia hoje controladas pela Eletrobras.

A intenção de se desfazer de parte do controle dessas empresas é um dos pilares do plano de reestruturação da estatal aprovado na companhia, mas está congelado até que o governo defina justamente as regras de renovação dessas concessões. Braga confirmou ainda que as negociações do novo empréstimo às distribuidoras estão concluídas.

Somados com os R\$ 17,8 bilhões já emprestados pelos bancos ao setor no ano passado, o total de financiamentos que serão pagos por meio da conta de luz dos consumidores chega a R\$ 20,9 bilhões.

União conta com ritmo fraco da economia para evitar racionamento

O governo conta com o ritmo fraco da economia para evitar um racionamento de energia neste ano. Estudo elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) projeta um consumo praticamente igual ao do ano passado.

R\$ 3,4 bilhões

É o valor do financiamento às distribuidoras para liquidar a energia adquirida no mercado livre nos meses de novembro e dezembro do ano passado. Até então, a expectativa era de que fosse de R\$ 3,1 bilhões. O valor e as condições do empréstimo já estão fechados. Os juros serão de 3,15% mais CDI. Está faltando definir quais bancos formarão o grupo de financiadores. Em princípio são 13.

Empresas têm até esta sexta para enviar Relação Anual de Informações Sociais

20/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Termina nesta sexta-feira (20) o prazo de entrega da **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)** deste ano, referente ao ano-base de 2014. Segundo a Portaria nº 10, de 9 de janeiro, do Ministério do Trabalho e Emprego, o prazo não será prorrogado.

Assim, a empresa que não entregar a Rais até sexta-feira ficará sujeita a multa a partir de R\$ 425,64, acrescida de R\$ 106,40 por bimestre de atraso. As informações para o preenchimento da Rais encontram-se no "Manual de Orientação da Rais", edição 2014, disponível na internet no portal do Ministério do Trabalho e na página da Rais.

A Rais é considerada um censo anual do mercado formal de trabalho e deve ser preenchida por todos os empregadores, entre os quais os órgãos da administração direta e indireta, empresas com ou sem empregados e estabelecimentos inscritos no CEI (Cadastro Específico do INSS).

Novo modelo

A Rais deverá ser substituída, em breve, pelo eSocial – reunião das obrigações acessórias trabalhistas, previdenciárias e fiscais, tais como Dirf (retenção de IR na fonte), Caged

(informações sobre demissões e contratações), CAT (comunicação sobre acidente de trabalho) e Gfip (informações sobre previdência).

O eSocial tenderá a ser um complicador para o empresário, pela necessidade de informações integradas ao governo (Receita, Previdência Social, Ministério do Trabalho e Caixa).

Dados

Deverão ser citados na Rais todos os valores pagos durante o ano e na rescisão do contrato de trabalho, como férias indenizadas; verbas correspondentes ao saldo de horas extras que não foram pagas durante o contrato de trabalho; acréscimo salarial negociado em dissídio coletivo e só pago na rescisão, além de gratificações.

Segundo o MTE, a Rais processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando a identificar os beneficiários do abono salarial (também chamado de 14º salário, que é pago a quem ganhou até dois salários mínimos mensais), bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração, no monitoramento e na implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, entre outros.

Certificado digital

As empresas que possuem a partir de 11 empregados ou mais deverão utilizar certificado digital para transmitir a declaração. Além da declaração do estabelecimento, o arquivo que tiver 11 vínculos ou mais também deverá ser transmitido por meio de certificado digital.

As declarações poderão ser transmitidas com o certificado digital de empresa, emitido em nome do estabelecimento, ou com certificado digital do responsável pela entrega da declaração, sendo que este pode ser um CPF ou um CNPJ.

Para os demais estabelecimentos que não se enquadram nessa obrigatoriedade, a utilização da certificação digital continuará facultativa, com a opção de transmitir a declaração por meio dessa chave privada, caso a possuam.

Brasil e EUA assinam acordo para desburocratizar comércio

20/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Brasil e Estados Unidos selaram nesta quinta-feira (19) um memorando de facilitação de comércio. O objetivo é harmonizar as regras e desburocratizar. Os dois países vão identificar setores promissores e negociar a convergência dos produtos brasileiros para padrões americanos.

O primeiro esforço será feito no setor de cerâmica. Representantes do setor privado americano e brasileiro já firmaram um protocolo. "A convergência regulatória é mais importante para exportar para os americanos do que a redução de tarifas de importação, que, em média, são de apenas 3,5% para produtos manufaturados", disse Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento.

Nos dias 11 e 12 de fevereiro, Monteiro esteve nos EUA –uma de suas primeiras viagens internacionais. Com a retomada do crescimento da economia americana, o país é visto com uma oportunidade para elevar as exportações brasileiras.

Os dois países estão tentando estreitar as relações econômicas após um longo período de estagnação. Um acordo de livre comércio, no entanto, é praticamente descartado por falta de condições políticas.

O memorando de facilitação de comércio foi assinado em Washington pelo secretário de Comércio Exterior do Brasil, Daniel Godinho, e seu colega americano, Kenneth Hyatt. O Inmetro, que regula os produtos brasileiros, também participou da visita.

Construtoras afirmam que ajuste fiscal elevou demissões do setor

20/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Empresários da construção civil contestam o governo e atribuem o aumento de demissões no setor em fevereiro não só à Operação Lava Jato, mas também ao atraso nos pagamentos de obras federais e à desaceleração da economia brasileira.

Os atrasos de pagamento a empresas da construção civil começaram em abril de 2014 e continuaram neste ano, motivados pelo ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma para atingir a meta de superávit primário (economia para pagamento de juros) de 1,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2015.

Em nota divulgada nesta quinta-feira (19), a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) afirma que "discorda das declarações dadas pelo ministro do Trabalho, Manoel Dias, de que o déficit de emprego da construção civil foi influenciado apenas pela Operação Lava Jato", que atingiu as maiores empreiteiras do país.

Segundo a entidade, a onda de demissão "não tem apenas uma variável", mas outras, entre elas o "momento econômico do país e também o atraso nos pagamentos das obras contratadas do Minha Casa, Minha Vida e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)".

"Estamos extremamente preocupados com o desemprego no setor. Sindicatos do Brasil inteiro estão nos atualizando sobre o quadro de demissões em seus Estados e demonstram apreensão em relação ao futuro das empresas", afirmou o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Em fevereiro, a indústria da construção civil demitiu mais do que contratou 25,8 mil trabalhadores com carteira assinada, um dado negativo que, no mesmo mês do ano passado, havia sido positivo, com abertura de 25 mil vagas.

O setor tem registrado mais demissões do que contratações desde outubro do ano passado. A diferença é que, em janeiro e fevereiro de 2014, houve mais contratações do que corte de vagas, enquanto neste ano a situação se inverteu.

O ritmo de contratação na construção começou a cair a partir de abril do ano passado, quando o governo Dilma começou a atrasar seus pagamentos a empreiteiras que tocam obras do PAC e do Minha Casa, Minha Vida.

Em 2014, os atrasos ocorreram porque a equipe do então ministro Guido Mantega (Fazenda) buscava fechar o ano com superávit nas contas públicas sem formalizar oficialmente um corte de despesas do governo federal, buscando evitar notícia negativa para a presidente num ano eleitoral. No final do ano, porém, o governo acabou fechando com déficit.

Em 2015, os atrasos continuaram, agora porque o governo decidiu fazer um forte ajuste fiscal para reequilibrar as contas públicas e tentar resgatar a credibilidade junto ao mercado.

Credor executa garantias da Sete Brasil

20/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A Sete Brasil, principal parceira da Petrobras na exploração do pré-sal, sofreu um duro golpe. Um de seus credores estrangeiros, o Standard Chartered Bank, entrou com pedido de execução de garantias do empréstimo concedido à empresa.

A **Folha** apurou que o banco já acionou o FGCN (Fundo Garantidor da Construção Naval), fundo administrado pela Caixa Econômica para assegurar o pagamento aos credores em caso de calote. Em carta ao fundo, o Standard Chartered pede para sacar sua cota no fundo –o que pode ser negado pelo fundo.

A reportagem não obteve a informação do valor do empréstimo, mas apurou que é maior do que a cota do banco no fundo –um sinal de desespero diante da situação da Sete Brasil, já que prefere garantir um valor menor.

Envolvida na Operação Lava Jato, a companhia não consegue um financiamento de US\$ 9 bilhões prometido pelo BNDES quando a empresa foi criada, em 2010.

Como não obteve os recursos do BNDES, a Sete tomou R\$ 12 bilhões com bancos –alguns deles são também sócios no negócio. Esses empréstimos venceram, e a Sete não consegue pagá-los.

O Standard Chartered fez parte de um grupo de bancos estrangeiros que, juntos, concederam R\$ 2,6 bilhões à Sete.

Esses financiamentos, chamados empréstimos-ponte, venceram novamente nesta terça (17). Eles já tinham sido renegociados anteriormente. O Standard foi o primeiro a "jogar a toalha" porque não acredita que haverá uma saída para a Sete.

AGONIA

A solução que está na mesa é do BNDES. Como revelou a **Folha**, o banco estatal propôs liberar os US\$ 9 bilhões que tinha prometido à Sete diretamente para os bancos credores. Assim, ele repassará o risco do negócio para as instituições financeiras.

Os credores não querem aceitar a proposta. Dizem que só financiaram a Sete porque o governo, via BNDES, tinha se engajado no projeto com a promessa do financiamento de longo prazo.

O prazo final para decidirem o salvamento da empresa é 31 de março. Se os bancos não aderirem, a empresa pode quebrar. Caso eles cheguem a um acordo, o banco britânico pode suspender a execução das garantias.

O impasse se agravou após Pedro Barusco, ex-diretor de operações da Sete, confessar ter cobrado propina dos estaleiros contratados para fazer as sondas–reproduzindo na Sete os desvios praticados na Petrobras quando foi gerente da estatal.

Desde então, o BNDES exige mais garantias para liberar o recurso. Até a presidente Dilma pressionou para ajudar a empresa. Com a demora do BNDES, a Sete atrasa pagamentos, comprometendo a construção das sondas.

A Sete não se pronunciou. A reportagem não conseguiu contato com o Standard até o fechamento desta edição.

ENTRANDO ÁGUA

Operação Lava Jato agravou crise da Sete Brasil

1 CAIXA VAZIO

Sem o empréstimo de US\$ 9 bi do BNDES, prometido desde a criação da Sete Brasil, em 2010, a principal fornecedora da Petrobras no pré-sal vem atrasando pagamentos há cinco meses

2 LAVA JATO

O temor do BNDES e a ligação da Sete Brasil com a Operação Lava Jato. Boa parte dos estaleiros contratados pela Sete pertence a construtoras envolvidas no escândalo

3 CORRUPÇÃO

Pedro Barusco, ex-diretor da Sete, já confessou ter cobrado propina quando era gerente da Petrobras, recebendo dinheiro de estaleiros contratados para fazer sondas

4 REPASSE DO RISCO

O BNDES quer empurrar o risco para os bancos que já são credores da Sete, transferindo recursos diretamente para instituições como Bradesco, Santander, BB, Caixa, Itaú e Standard Chartered

5 CALOTE

Se não houver o repasse do BNDES (de forma direta ou indireta), a empresa poderá quebrar, deixando os bancos com um calote bilionário

RAIO-X DA SETE BRASIL

FUNDAÇÃO

Dezembro de 2010

ATIVOS

29 sondas de exploração de óleo e gás (em construção)

RECEITA PREVISTA

US\$ 89 bilhões até 2020 (cerca de R\$ 249 bi)

INVESTIMENTOS

US\$ 25,5 bilhões (cerca de R\$ 71 bi)

PRINCIPAIS SÓCIOS

BTG Pactual, Santander, Bradesco, fundos de pensão, FGTS, Petrobras

ESTALEIROS CONSTRUTORES

Atlântico Sul (PE), Enseada (BA), Jurong (ES), Brasfels (RJ), Rio Grande (RS)

FINANCIAMENTO

US\$ 9,3 bi (R\$ 26 bi), BNDES

Emprego industrial recua 0,1% em janeiro e 4,1% em um ano

20/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



O emprego na indústria registrou ligeiro recuo de 0,1% na passagem de dezembro para janeiro, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)).

No mês anterior, o total de empregados tinha registrado crescimento de 0,3%, quando interrompeu oito meses de taxas negativas consecutivas, período em que acumulou uma perda de 4,3%.

Em relação a janeiro de 2014, o emprego industrial recuou 4,1%, o 40º resultado negativo consecutivo nesse tipo de comparação. Nos 12 meses encerrados em janeiro, o total de trabalhadores ocupados na indústria acumula queda de 3,4%.

Participação de microempresas em financiamentos do BNDES cai 7% em 2014

20/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

As micro, pequenas e médias empresas participaram, em 2014, com 31,7% do total de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atingindo R\$ 59,37 bilhões.

No comparativo com o ano anterior, houve retração de 7%. Em termos relativos, as grandes empresas seguem liderando as liberações de recursos do banco, com participação de 62,5% e um total de R\$ 117,64 bilhões.

Os números divulgados hoje (19) pelo BNDES revelam que, em termos de quantidade de operações, o segmento das micro, pequenas e médias empresas registrou queda de 1% em 2014, na comparação com 2013, somando 1.086.841 transações. O resultado representou 96,2% do total de operações de financiamento do BNDES em 2014.

De acordo com a assessoria de imprensa do BNDES, o desempenho do segmento foi influenciado pelo Cartão BNDES, que fez, ano passado, 795.242 operações, com liberações recorde de R\$ 11,5 bilhões. Houve alta de 5% no volume de operações e de 15% nos desembolsos por meio do cartão.

Nesse segmento empresarial, apenas o Norte e Nordeste mostraram expansão das liberações. Na primeira região, o aumento atingiu 7,16%, com total desembolsado de R\$ 3,055 bilhões. Em volume de operações, a alta chegou a 2,58%, somando 56.254 transações efetuadas.

Para o Nordeste, foram liberados R\$ 7,19 bilhões, com incremento de 2,36%. Em quantidade de operações, que atingiram 146.304, o crescimento atingiu 2,42%.

Para as micro, pequenas e médias empresas do Sul, os recursos liberados do BNDES recuaram 9,76%. Na sequência, vieram o Sudeste, com -8,51%, e o Centro-Oeste, com -4,57%.

As micro empresas brasileiras concentraram os maiores volumes de liberações do BNDES no ano passado (R\$ 28.694 bilhões) e de operações (823.048).

Após subir 2,5% na quinta-feira, dólar opera em alta nesta sexta-feira

20/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

No início dos negócios desta sexta-feira (20), o dólar operava em alta. Às 9h40, a moeda norte-americana subia 0,32%, a R\$ 3,3071 na venda. Na quinta-feira (19), após bater R\$ 3,30 na máxima do dia, o dólar fechou em alta de 2,56%, cotado a R\$ 3,2965, o maior valor desde abril de 2003. A alta foi acentuada após a presidente Dilma Rousseff ter negado uma reforma ministerial.

Analistas dizem que, na sessão, a moeda americana seguiu a recuperação no exterior, mas também refletiu as novas preocupações com a crise na base governista. Na quinta-feira, o Banco Central vendeu a oferta total de até 2 mil swaps cambiais, que equivalem a US\$ 97,4 milhões. Foram vendidos 250 contratos para 1º de dezembro de 2015 e 1.750 para 1º de março de 2016.

O BC fez ainda mais um leilão de rolagem dos swaps que vencem em 1º de abril, que equivalem a US\$ 9,964 bilhões de dólares, com oferta de até 7,4 mil contratos. Na quarta-feira (18), o dólar foi negociado a R\$ 3,2141, em baixa de 0,52%.

SCPC fecha parceria com Stone Age até 2020

20/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

A Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), uma das maiores empresas do Brasil de soluções para decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios, fechou nova parceria com a Stone Age, pioneira em tecnologia de ponta no país, para o fornecimento de soluções tecnológicas até 2020.

O contrato de parceria abrange o fornecimento de ferramentas para gerenciamento de cadastros e de dados para modelos analíticos voltados a decisões de crédito e de negócios. A parceria também contempla o desenvolvimento conjunto de inovações em soluções para decisão no mercado de crédito.

O investimento é estratégico considerando que as tecnologias em foco geram um diferencial competitivo relevante para a Boa Vista SCPC. A empresa possui uma base de dados com mais de 350 milhões de informações comerciais sobre consumidores e empresas, e apoia mais de 42 milhões de transações de negócios por dia, em todo o país, em diversos segmentos.

Siderurgia vê queda nas importações

20/03/2015 - Fonte: Brasil Econômico

As importações brasileiras de aço continuam em alta, mas a desvalorização do real e as medidas de proteção da indústria nacional devem contribuir para equilibrar a balança comercial do setor e permitir que as siderúrgicas instaladas no país recuperem espaço.

A avaliação é do consultor da área de aços semi-acabados e acabados do CRU Group, André Nascimento, que participou ontem da 21ª Conferência Mundial do Aço, no Rio. Segundo ele, o Brasil vai continuar sendo um importador líquido, condição adquirida em 2010, mas o déficit deve se reduzir drasticamente.

Dados divulgados ontem pelo Instituto Aço Brasil (IABr) mostram que as importações brasileiras de aço cresceram 24% nos dois primeiros meses do ano, atingindo o volume de 696 mil toneladas — o equivalente a 18% do consumo interno.

A maior parte deste volume, segundo Nascimento, vem da China. Por outro lado, o câmbio já vem tendo impacto nas exportações de aço brasileiro, que cresceram 22,7% no mesmo período, para 1,8 milhão de toneladas, “apesar das condições adversas do mercado internacional”, diz o comunicado do IABr.

“Não acredito que o Brasil continuará importando tanto, a não ser produtos específicos”, disse o presidente da Imexbra Trading, Osvaldo Sicardi. Segundo ele, muitas siderúrgicas nacionais vinham optando por comprar produtos no exterior a preços menores para cumprir seus contratos no país, movimento que deve ser interrompido com a alta do dólar.

“Mas ainda não chegamos a um patamar que pode absorver os aumentos de custos internos, que, para alguns especialistas, é de R\$ 3,75”, completou.

A importação de aço chinês é um dos focos de reclamações do setor, uma vez que a siderurgia nacional vive anos de capacidade ociosa — segundo dados apresentados por Sicardi, com capacidade para produzir 48 milhões de toneladas por ano, as 29 usinas brasileiras país produzem hoje 34 milhões de toneladas.

O setor alega que não há condições de competir com os produtores chineses — que já levaram ao fechamento de todo o pequeno parque siderúrgico chileno e hoje representam 100% do fornecimento de aços planos àquele país.

Nascimento afirmou que não vê, no curto prazo, chances de fechamento de siderúrgicas na China, que poderia reduzir o excesso de capacidade de produção que joga os preços para baixo.

Por outro lado, para presidente da CRU na China, John Johnson, não há muitas chances de aumento da capacidade local, uma vez que os projetos atuais operam com Ebitda negativo e as restrições ambientais aumentam ainda mais os custos.

Segundo Johnson, o consumo chinês de aço ainda apresentará crescimento, embora em ritmo menor, até o fim da década, quando chegará ao seu pico. Para o período entre 2014 e 2019, ele projeta uma alta de 1% ao ano.

Por enquanto, o país tem um diferencial de cerca de US\$ 100 por tonelada com relação aos preços globais do aço — o que justifica a tomada de mercados de outros grandes produtores. No Brasil, por exemplo, a China respondeu, em 2014, por 70% das importações de aço. Em 2009, a participação chinesa era de 20%.

“Espero que as importações diminuam no Brasil, com o câmbio e medidas de proteção ao mercado”, afirmou Nascimento, que vê ainda possibilidade de aumento nas exportações com a nova realidade cambial.

Nascimento projeta uma queda de 2% no consumo interno de aço este ano, mas vê reversão da tendência já em 2016. Nos dois primeiros meses do ano, segundo o IABr, o consumo aparente de aço somou 3,8 milhões de toneladas, uma queda de 7,4% com relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Apesar disso, a produção nacional cresceu, com o maior incentivo às exportações: foram 5,6 milhões de toneladas de aço bruto e 4,1 milhões de toneladas de laminados, aumentos de 5,1% e 2,6%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2014.

Controladores da Usiminas aguardam decisões no CADE e na Justiça

20/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

Com data definida para escolha do novo presidente do conselho de administração da Usiminas, em assembleia geral extraordinária, em 6 de abril, os acionistas controladores da siderúrgica mineira têm na mira duas decisões importantes.

A definição da Justiça sobre a recondução de executivos destituídos em setembro e a posição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o pedido da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de poder participar com os minoritários na escolha de mais um conselheiro para o colegiado.

Para a Ternium-Techint, segundo apurou o Valor com uma fonte próximas dos acontecimentos, o voto favorável de um ou dos dois desembargadores que julgam o caso na segunda instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais significará uma grande vitória.

Em 24 de fevereiro, o relator do agravo de instrumento já deu seu parecer favorável ao grupo italiano. Será o reconhecimento de que não houve ilegalidade na gestão dos três

executivos — o presidente Julián Eguren e dois vice-presidentes executivos, Paolo Bassetti e Marcelo Chara.

A dúvida é se vão reassumir os cargos, mais de seis meses depois, e permanecer neles. A sócia Nippon Steel & Sumitomo, que não considera tê-los como gestores da Usiminas novamente, poderá recorrer a instâncias superiores da Justiça, chegando a Brasília. A própria Ternium deverá considerar se vale impôr seus executivos, buscando um outro caminho.

Uma outra fonte avalia que o resultado favorável à Ternium poderia forçar um entendimento entre os dois grupos, que brigam há mais de um ano, buscando “o bem da companhia”. Veem que uma consequência do conflito é a quase certa eleição de novo presidente do conselho pelos acionistas minoritários da companhia.

Lirio Parisotto, do fundo L. Par, é o candidato que desponta ao cargo, no lugar de Paulo Penido Marques, eleito por consenso entre Nippon e Ternium há três anos. Parisotto conta com apoio de outros minoritários e busca a adesão das ações da CSN — quase 12% de papéis ON — para eleger um terceiro conselheiro fora do bloco controlador, conta com oito integrantes (três da Nippon, três da Ternium e dois da Previdência Usiminas).

O Cade deverá avaliar o pedido da CSN, que está bloqueada pelo órgão antitruste desde 2012 de usar seus direitos políticos na Usiminas, no próximo dia 25. As chances de acatar a tese são cerca de 70% negativas, segundo especialistas que conhecem o Cade.

A Ternium, que tentou impedir a realização da AGE tão próxima da AGO de 28 de abril, segundo fontes, alega que Nippon trabalhou em parceria com Parisotto, ajudando a elegê-lo como novo presidente, no lugar de Penido.

O grupo italiano considera insustentável a continuação de Penido, pois o acusa de ser o responsável pela demissão de seus executivos com voto de minerva na reunião do conselho que julgou o caso.

O grupo italiano aponta, por exemplo, que a empresa japonesa Sankiu, que tem subsidiária no Brasil e é prestadora de serviços para a Usiminas e outras siderúrgicas locais, é “um instrumento” da Nippon para ajudar Parisotto.

Segundo informações, a Sankiu, com sede em Tóquio, tem a Nippon Steel como uma de suas dez maiores acionistas, com 3% do capital da empresa. E que a subsidiária brasileira, dona de 9 milhões de ações de Usiminas, quase 100% ONs, teria dado procuração a Parisotto para garantir sua eleição na AGE de abril.

A Nippon Steel, procurada pelo Valor, disse que só tomou conhecimento de que a Sankiu Brasil detinha ações da Usiminas quando o L. Par informou sua lista de apoiadores para requerer a realização da AGE. E informou que a Nippon não faz parte do seu bloco de controle, bem como de que participa das decisões estratégicas da Sankiu e de suas empresas controladas.

Para outra fonte, a provável eleição de Parisotto poderá ser bom para a Usiminas nesse cenário de conflito. “Ele vai atuar pelo bem da companhia e, certamente, dará muito trabalho aos dois acionistas controladores”, disse.

Nucor corta projeção de lucro com importações prejudicando preços de aço

20/03/2015 - Fonte: Reuters

A Nucor, maior siderúrgica dos Estados Unidos, cortou sua projeção de lucro para o primeiro trimestre, dizendo que importações mais altas estão prejudicando os preços do aço.

A Nucor espera que as importações desacelerem no segundo trimestre, mas que continuem em "níveis excessivamente altos", disse a companhia nesta quinta-feira. As ações da companhia caíram 5,6 por cento, às 12h06 (horário de Brasília).

Um dólar mais forte tornou as importações mais baratas. E o aço da China, maior produtora do metal, tem inundado o mercado norte-americano nos últimos trimestres, afetando os preços.

Diversas siderúrgicas dos EUA têm cortado estoques e custos para lidar com a queda nos preços. A Nucor estimou lucro de entre 0,10 a 0,15 dólar por ação para o primeiro trimestre encerrado em 4 de abril.

A companhia tinha estimado antes que o lucro ficaria acima de 0,35 dólar por papel um ano antes. Analistas também esperavam em média lucro de 0,40 dólar por ação, segundo a Thomson Reuters I/B/E/S.

Governo britânico debate futuro da mineração em BH

20/03/2015 - Fonte: Mining.com

O Governo Britânico, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e a ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), promoverá o encontro "As oportunidades e o futuro do setor de mineração e as tendências internacionais" no dia 14 de abril de 2015.

O evento vai abordar o cenário internacional e as soluções que o mercado apresenta para o aumento de produtividade e eficiência. O encontro acontece na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Para se inscrever basta entrar em contato com e-mail anne.solai@fco.gov.uk.

Vendas de caminhões da Volvo desabam no Brasil em fevereiro

20/03/2015 - Fonte: Valor Econômico

A montadora sueca Volvo vendeu 15,5 mil caminhões em fevereiro, informou hoje a companhia. A queda de 1% na comparação com o mesmo mês de 2014 só não foi maior por conta da forte demanda na Europa Ocidental e na América do Norte. Os emergentes, porém, em especial a América do Sul, pesaram sobre o volume comercializado.

A empresa aumentou em 25% as vendas para os países europeus desenvolvidos, que compraram 5,3 mil veículos. A queda de 25% no Leste Europeu, para mil caminhões, reduziu o avanço no acumulado da Europa para 13%. A fabricante ainda elevou em 32% as entregas para a América do Norte, que terminaram em 5,1 mil unidades.

Na América do Sul, a companhia lembrou que a deterioração econômica e o aperto nas condições de financiamento para os veículos pesados no Brasil derrubaram a procura. As

vendas no continente foram de 672 caminhões, forte queda de 73% também na comparação anual.

O comunicado da montadora mostra também que as operações que controla em conjunto com outras fabricantes foram responsáveis por um volume total de 12,5 mil unidades no mês passado. A adição do resultado da Dongfeng, que não aparecia no ano passado, ajudou a quantidade de entregas a ficar mais de cinco vezes maior.

Indústria está menos otimista para investir nos próximos 6 meses, apurou a CNI

20/03/2015 - Fonte: O Povo

O pessimismo disseminado na economia brasileira levou o empresariado industrial a reduzir a perspectiva de investimentos para os próximos seis meses, conforme a pesquisa Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador de investimento caiu pelo terceiro mês seguido, atingindo 47,2 pontos em março.

O índice ficou 2,1 pontos abaixo do verificado em fevereiro e, no acumulado do ano, a projeção de investimento pontua retração de 5,2. Em 12 meses, a queda é de 11,5 pontos.

De acordo com a CNI, o indicador varia de zero a cem pontos e quanto maior, melhor a disposição da indústria em investir.

A pesquisa consultou 2.246 empresas entre 2 e 11 de março, sendo 889 pequenas, 802 médias e 555 de grande porte. Entre as pequenas, o indicador de investimento caiu de 38,6 para 37,3 pontos.

Nas médias, passou de 44,3 para 42,4 pontos, enquanto nas grandes indústrias saiu de 57,3 pontos em fevereiro, para 54,7 em março.

Desembolsos do BNDES caem 1% em 2014, a R\$187,8 Bi

20/03/2015 - Fonte: O Povo

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) totalizaram 187,8 bilhões de reais em 2014, queda de 1 por cento na comparação com a quantia liberada no ano anterior, segundo comunicado divulgado nesta quinta-feira.

"O resultado está em linha com as expectativas do Banco, de estabilidade nas liberações. Em relação às aprovações e consultas, os indicadores também apontam para moderação no desempenho", disse.

Os desembolsos em 2014 foram liderados pelo setor de infraestrutura, com 68,9 bilhões de reais, um avanço de 11 por cento na comparação anual, com destaque para os setores de transporte rodoviário e energia elétrica.

Trecho da Transnordestina no Piauí será concluído em 2016

20/03/2015 - Fonte: O Povo

O diretor da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) responsável pela Ferrovia Transnordestina, **Ciro Gomes**, confirmou ao governador do Piauí, **Wellington Dias**, nesta quarta-feira (18), a conclusão do trecho da ferrovia no Piauí até o final de 2016.

Para isso, o governo do estado dará apoio na regularização de algumas áreas na região que dependem do posicionamento do Instituto de Terras do Piauí, Incra e da Secretaria de Transportes. O governador garantiu o total empenho do Estado para a solução dessas situações.

Ciro Gomes antecipou ainda que o grupo vai investir na modernização da ferrovia que liga Fortaleza - Teresina - São Luiz, o que inclui o trecho entre Timon e o Grande Dirceu, beneficiando assim o metrô de Teresina. Este será um investimento de cerca de R\$ 3 milhões e também terá apoio do Estado.

A Transnordestina contabiliza cerca de R\$ 17 bilhões em investimentos, destes R\$ 6 bilhões no Piauí. Atualmente, são hoje cerca de 5 mil trabalhadores, sendo 3.200 no estado, com perspectiva de abrir mais mil novos postos de trabalho. "A intenção é levar a presidenta Dilma para conhecer esse novo Piauí", afirmou o governador.

Minério

Ainda na manhã de hoje, a direção da empresa Brasil Exploração Mineral S.A (Bremisa) apresentou ao governador **Wellington Dias**, em Brasília, o cronograma de investimentos da empresa na mina de exploração de ferro na cidade de Paulistana, o chamado projeto Planalto Piauí.

O diretor **José Anchieta Junior** destacou a importância da conclusão da Ferrovia para viabilizar também industrialização do ferro no Piauí. O grupo prevê a inauguração de uma unidade de beneficiamento de ferro no Estado em 2018.

A empresa extrai um minério com 27% de ferro e consegue atingir a qualidade premium, com um minério com mais de 70% de ferro. O investimento previsto é de R\$ 4,98 bilhões.

Estrangeiros ingressam com R\$ 527,364 milhões na Bovespa em 18/03

20/03/2015 - Fonte: Agência Estado

Os investidores estrangeiros ingressaram com R\$ 527,364 milhões na Bolsa na última quarta-feira (18/03). Naquele pregão, o Ibovespa teve alta de 2,47%, aos 51.526,19 pontos. O volume de negócios totalizou R\$ 8,315 bilhões.

O saldo de capital externo na Bolsa em março está positivo em R\$ 1,160 bilhão. O montante é resultado de compras de R\$ 46,877 bilhões e vendas de R\$ 45,716 bilhões. No ano, o superávit de recursos estrangeiros totaliza R\$ 7,217 bilhões na Bovespa.

Cinco novos eixos de transporte coletivo estão previstos no Plano Diretor 2015

20/03/2015 - Fonte: Jornal da Indústria e Comércio

O projeto de revisão do Plano Diretor, em discussão na Câmara Municipal de Curitiba, aponta para a criação de cinco novos eixos de alta capacidade no transporte público de passageiros, nos próximos anos, e a expansão dos atuais eixos para cidades da região metropolitana de Curitiba.

Com isso, a Prefeitura reforça a prioridade ao transporte coletivo, assim como vem fazendo com medidas como a implantação de faixas exclusivas para ônibus.

Os novos eixos de transporte vão revitalizar as atuais Conectoras (concebidas para fazer a ligação do eixo estrutural ao oeste da cidade, especialmente à zona industrial) e formarão uma malha ao fazer a interligação com os quatro eixos existentes: Norte-Sul, Leste-Oeste, Boqueirão e Linha Verde.

A previsão é que eles tenham a mesma estrutura trinária dos atuais eixos: uma via central com canaleta exclusiva para ônibus expressos com vias laterais de baixa velocidade para carros; e duas vias rápidas para veículos em sentidos opostos. Veja Aqui o comparativo de como é hoje a estrutura da malha do transporte coletivo e como deve ficar com o novo plano.

O Plano Diretor 2015 quer garantir a mobilidade dentro de Curitiba e a integração com a região metropolitana. A proposta é, nos próximos anos, estender o eixo do Boqueirão até o centro de São José dos Pinhais.

No Norte da cidade, há previsão de que os eixos da Linha Verde e Norte/Sul integrem-se a Colombo e Almirante Tamandaré. Na região Sul, o transporte coletivo da Linha Verde deverá ser expandido até Fazenda Rio Grande.

Os cinco novos eixos de transporte previstos na proposta de lei do Plano Diretor farão a ligação Leste/Oeste da cidade e serão paralelos uns aos outros, cruzando o atual eixo Norte/Sul, onde há a previsão de construção de uma linha do metrô.

Os novos eixos poderão alimentar o futuro metrô, mas são independentes dele, já que podem se integrar também ao atual sistema de transporte coletivo.

A intenção é que no futuro se dê mais opções de deslocamentos à população ao criar novas conexões entre os diferentes eixos. Essa proposta também tem o objetivo de favorecer a criação de novas centralidades nos bairros, diminuindo a proporção de pessoas que precisem ir ao centro de Curitiba.

O prognóstico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) aponta que nos próximos 50 anos sejam construídas canaletas e vias rápidas para ligar a região Oeste (Cidade Industrial) ao Leste (bairros próximos aos limites com Pinhais e São José dos Pinhais).

Esse processo de construção e expansão dos novos eixos será feito de forma escalonada. Nos próximos dez anos, a previsão é de que quatro novos eixos comecem a ser criados no trecho entre o Contorno Sul, que corta a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e o eixo Norte/Sul, onde circula atualmente a linha do biarticulado Santa Cândida/Pinheirinho.

Em uma segunda etapa, essas ligações devem ser estendidas do eixo Norte/Sul ao eixo do Boqueirão e, posteriormente, serão construídos os demais trechos das conectoras.

Novos eixos

Um dos novos eixos, extensão da Conectora 4, pretende ligar a região norte da CIC à Praça do Japão, cortando os bairros Vila Isabel e Água Verde. O redesenho da Conectora 3 fortalecerá a ligação entre a CIC e o Portão, passando pelo bairro Fazendinha, em uma primeira fase. Posteriormente, a conectora se estenderá até o eixo Boqueirão, passando pelos bairros Lindóia, Guaira e Fanny.

O aprimoramento da Conectora 2 sairá da CIC até o Novo Mundo, no primeiro trecho e, em seguida, indo até o Boqueirão, passando pelo Xaxim. Futuramente, a ligação deverá se estender até o eixo Leste/Oeste, próximo ao limite com Pinhais.

A Conectora 1 também sai da CIC e vai até o Pinheirinho, passando pelo Capão Raso, e posteriormente se estenderá até o Alto Boqueirão/Uberaba. A nova conectora, ainda sem nome definido, será criada ligando os bairros Tatuquara, Bairro Novo, Sítio Cercado e Alto Boqueirão.

Catarinense preside nova composição da Frente Parlamentar da micro e pequena empresa

20/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

Na manhã de quinta-feira (19) foi realizado café da manhã na Câmara dos Deputados para apresentação dos parlamentares que comporão a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.

Formada por 301 deputados e 31 senadores, será a maior frente do Congresso e terá objetivo de discutir ações que beneficiem as micro e pequenas empresas no país, como a redução da burocracia, da carga tributária e o aperfeiçoamento constante da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O diretor Político Parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, esteve presente no evento e comemorou a nova composição da frente. "Será uma grande oportunidade para retomarmos a discussão de importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Inclusive, nesse período de instabilidade econômica onde, comprovadamente, as micro e pequenas empresas representam um importante sustentáculo para manutenção de empregos e condições de desenvolvimento nacional", disse.

Veja a nova composição da Frente:

Presidente: deputado Jorginho Mello (PR/SC)

1º Vice-presidente (Senado Federal): senador José Pimentel (PT/CE)

2º Vice-presidente (Senado Federal): senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS)

3º Vice-presidente (Senado Federal): senadora Rose de Freitas

1º Vice-presidente (Câmara dos Deputados): deputado Covatti Filho (PP/RS)

2º Vice-presidente (Câmara dos Deputados): deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

3º Vice-presidente (Câmara dos Deputados): deputado Carlos Melles (DEM/SP)

4º Vice-presidente (Câmara dos Deputados): deputado Walter Ioshi (PSD/SP)

1º Secretário: deputado Carlos Zaratine (PT/SP)

2º Secretário: senador Waldemir Moka (PMDB/MS)

Comissão Geral

Ainda na manhã pela manhã, foi iniciada sessão no Plenário da Câmara dos Deputados, transformada em comissão geral, para debate da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos.

No fim de fevereiro, o ministro pediu ao presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) agilidade na tramitação do projeto que eleva o teto do Supersimples (Projeto de Lei Complementar 448/14).

O projeto aumenta para R\$ 7,2 milhões, o teto de receita anual para enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples Nacional, além de faixas e tabelas, entre outras mudanças.

A proposta é considerada prioridade pela Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, está em regime de urgência e, de acordo com a Secretária da Micro e Pequena Empresa deverá ser votado em até 90 dias.

O encontro faz parte da série de comissões gerais que a Câmara promove com os 39 ministros. A ideia é que, todas as quintas-feiras, algum ministro venha à Casa apresentar seus projetos.